

Memórias sim, esquecimento jamais: revisitando matrizes africanas no cotidiano através do patrimônio

Memories yes, forgetting never: revisiting african roots in everyday life through heritage

Carine Medianeira Buss Flores Dias*
Fernando Souto Dias Neto**

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, professora da rede municipal de Itaara -RS, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: carine_m.b.f@hotmail.com.

** Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES/DS. Santa Maria, RS.

Resumo: Observando como figuram e como são recepcionadas as abordagens de povos de matrizes africanas, sendo inseridas em nosso país a duras penas e não sem resistências; muitas vezes recebidas de maneira violenta e sendo violadas, os autores propõem discutir, através do papel da memória e do patrimônio, sua existência como forma de enunciar os sujeitos em espaços que ainda lhes são negados. Partindo da historicidade do momento da constituição do país, sublinhando disputas étnicas, observando a leitura e a escrita do patrimônio por emolduramentos dominantes, busca-se tecer observações acerca da realidade contemporânea. Salienta-se que os espaços são escassos para suas manifestações, mas que são de suma importância para as expressões da cultura preta, tão presente na sociedade brasileira. Diante disso, as correntes teóricas contribuem para um processo de descolonizar olhares e novos modos de ler e escrever narrativas.

Palavras-chave: Matriz Africana; Memória; Patrimônio.

Abstract: Observing how approaches to African Heritage are depicted and received, often reluctantly integrated into our country, not without resistance; frequently met with violence and violation, the authors propose to discuss, through the role of memory and heritage, their existence as a means of articulating individuals in spaces still denied to them. Beginning with the historical context of the country's formation, emphasizing ethnic disputes, examining the reading and writing of heritage through dominant framings, the aim is to make observations about contemporary reality. It is noted that spaces for their expressions are scarce, yet they are of utmost importance for expressions of Black culture, so prevalent in Brazilian society. In light of this, theoretical currents contribute to a process of decolonizing perspectives and new ways of reading and writing narrative.

Keywords: African Heritage; Memory; Heritage.



Introdução

Diferença, desigualdade, exclusão, racismo e violência. São essas algumas palavras que rapidamente nos vêm à mente, sobretudo quando conjugadas ao patrimônio e às memórias, que, por sua vez, acabam reverberando na identidade de sujeitos e povos que vieram a se estabelecer na América Portuguesa – logo após, adquirindo o *status* de Império Ultramarino Português. No entanto, ainda vivemos um momento de entaves semelhantes. A duras penas, nosso território constituiu a República, em meio a inúmeras divisões e lutas culturais, identitárias, políticas e territoriais.

Dessa forma, a pesquisadora e o pesquisador que se debruçam sobre este escrito colocam no *paper* vivências, leituras, escutas e até mesmo aventuras por outros territórios, que muitas vezes extrapolam o universo da academia e das salas de aula, seja na atuação na educação básica, ou superior. Trazer o que está escrito, para além do dito, e o não dito – estando atentos a quem escreve e sobre o que se escreve, o que não escreve –, parece-nos um desafio ao entender as culturas e identidades ditas subalternizadas por outras que vieram a se tornar subalternizantes.

O escopo deste trabalho faz parte de uma pesquisa maior que se desenvolve ao nível de mestrado, no qual tem como colaboração os conceitos de patrimônio e memória de um colega que, assim como eu, coloca essas discussões como centro de suas preocupações: a produção de certos apagamentos em meio à historiografia, que muitas vezes não é apenas reproduzida pelo ensino, no espaço formal, mas reforça uma educação não formal e atos de violência contra o outro. Focaliza-se aqui as culturas que sofreram apagamentos em detrimento da introdução do modelo de exploração colonial, que constitui um sistema capilar na sociedade brasileira ainda hoje, em que se preza pelo consumo e produção desenfreada, levando muitas vezes à eliminação daqueles diferentes de mim.

Atribui-se aos tempos da colônia o processo de racismo, no qual a população de matrizes africanas tiveram sua cultura, seus costumes, tradições, enfim, seus hábitos deturpados. Esses povos e culturas foram transformados em mercadorias, tratados como propriedade privada dos senhores em nome de uma produção e enriquecimento do explorador europeu, gerando a economia do capital naquele momento, que, sem a participação da mão de obra africana, não haveria de prosperar ou gerar o impacto que se obteve.

Com este breve panorama, que condensa a relação da sociedade aos requintes da economia, nosso objetivo maior é mostrar o que nos resta de tal herança; de que forma se

constitui um lugar, ou lugares, para as memórias da cultura de matriz africana? De que forma e que modos se fizeram ouvir, de que maneiras resistiram para que se chegasse no tempo recente e obtivessem um lugar do qual emergisse algum poder, em voga de uma luta que não visa apenas subverter as classes, mas entender o território como diverso, plural e que necessita de um olhar para as políticas públicas e de acesso da mesma forma.

O potencial da cultura como forma de enunciar identidades

O que temos no tempo recente como um lugar de memória para esses acontecimentos, muitos deles marcantes e cujas feridas não foram superadas, evoca como um grito silenciado de grupos que mantêm uma hegemonia cultural em nossa sociedade?!... Enfim, algumas políticas reparadoras são elaboradas, mas ainda falta o entendimento de que há uma presença revestida e ao mesmo tempo travestida de benevolência, ou até mesmo assistencialismo, de certa forma, levando ao erro, a uma série de equívocos em relação aos direitos que foram negados a alguns povos, retirados das populações que descendem da etnia africana.

Conforme Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006), há necessidade de uma salvaguarda dos bens culturais das populações ditas subalternizadas, que sofrem com a hegemonização dos processos de reprodução de uma cultura vendável. Como outrora, essas culturas que sofrem com o apagamento muitas vezes foram silenciadas, marginalizadas e até poderiam cair no esquecimento. Daí emergiram dispositivos legais, respaldados para que se promovesse essa salvaguarda:

[...] as disposições contidas no artigo 215 reiteraram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos seus respectivos interesses (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 20).

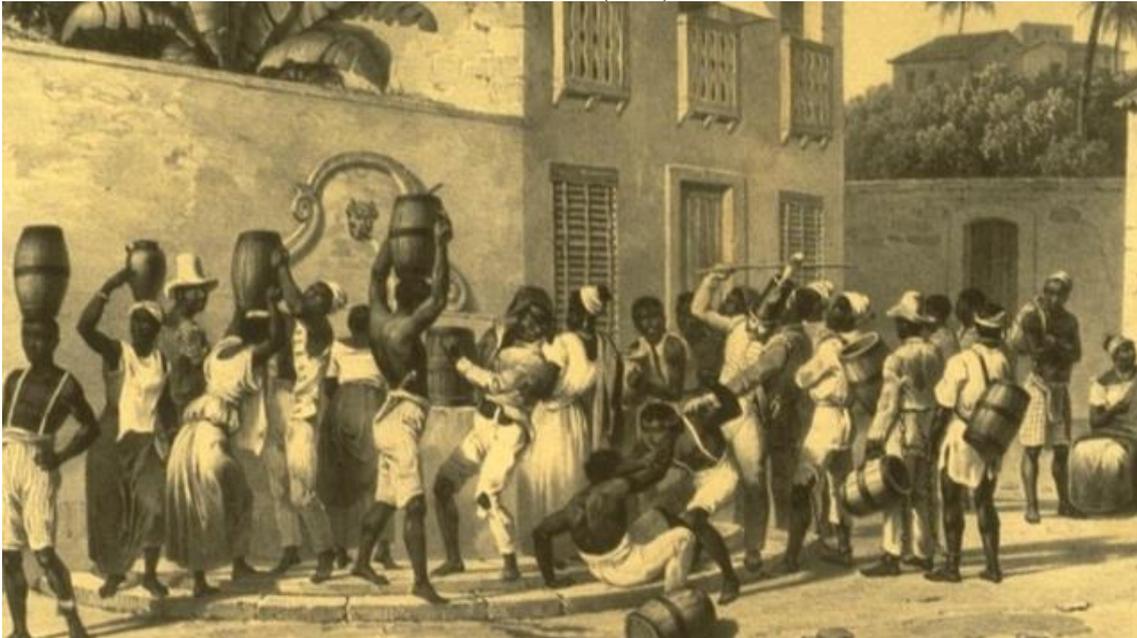
Levamos em conta que o Brasil é um território constituído de imensa diversidade, em que esses elementos étnicos vêm a fazer parte do que temos hoje enquanto Estado Nação. Mas tal Estado brasileiro, quando evocado por ideais republicanos, e constituindo uma democracia de direito, há elementos que separaram etnias ainda no presente, de uma forma quase um tanto quanto explícita, na medida em que não permite o real acesso das matrizes africanas a todos os setores da sociedade.

Com isso, Stuart Hall (2020, p. 55) retoma, pela perspectiva dos estudos culturais, uma vereda na qual devemos pensar a etnia, bem como as manifestações identitárias, principalmente nos espaços que transitamos, atravessados pela diversidade cultural:

O “ressurgimento da etnia”... traz para a linha de frente o florescimento não antecipado de lealdades étnicas no interior das minorias nacionais. Da mesma forma, ele coloca em questão aquilo que parece ser a causa profunda do fenômeno: a crescente separação entre o pertencimento ao corpo político e o pertencimento étnico (ou mais geralmente, a conformidade cultural) que elimina grande parte da atração original do programa de assimilação cultural... (HALL, 2020, p. 55)

As diferenças históricas, mesmo com a abolição do trabalho escravo, não permitiram aos sujeitos uma inserção na sociedade de forma igualitária, tal qual se inaugurou um novo processo subalternizante, no qual àqueles só restou a entrega às áreas, serviços, formas de existência e atividades que os colocassem na marginalização.

Figura 1– Johann Moritz Rugendas retratou cenas do cotidiano em terras brasileiras, como exemplo as questões relacionadas à escravidão (1835) *Porteau d'eau*



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57575496>

Os discursos contra as formas de reparação histórica apoiam-se em casos de exceção e até mesmo em forma de defesa, como se o outro, aquele que descende de uma etnia diferente da branca, fosse compreendido como uma ameaça. Parece que se forjava uma guerra interna, em que aquele que ocupa o mesmo território que eu não pertencesse ao mesmo lugar, o que acabava se transformando em uma rivalização interna.

Para Lemos (2013, p. 119), a forma de preservar, e promover o resguardo do patrimônio ainda vem a ser emoldurada a partir de formas que reproduzem modelos hegemônicos. Portanto,

Sem dúvida, tornamos a repetir, a base correta do “como preservar” está na elucidação popular, na educação sistemática que difunda entre toda a população, dirigentes e dirigidos, o interesse maior que há na salvaguarda de bens culturais. Acionar com todo o entusiasmo as recomendações do Compromisso de Brasília que praticamente ficaram no papel, principalmente dos currículos mínimos aos níveis primário e secundário. (LEMOS, 2013, p. 119)

Assim se constituíram políticas públicas, em que a maioria dos cargos são ocupados por elementos que reproduzem essa sistemática e não conseguem olhar, ou mesmo enxergar o outro como sujeito pertencente à mesma sociedade. Entendemos que seja qual forem os elementos que aqui estão, tem suas contribuições para o que temos hoje enquanto uma República Democrática, mas que ainda assim tem muito a avançar, principalmente quanto aos direitos humanos e na forma de enxergar o outro como um participante e protagonista de uma mesma sociedade.

Figura 2– Jean Baptiste Debret retrata a situação dos escravos enquanto mercadoria e mão-de-obra como sustentáculo da economia no território (1823) Tabacaria [aquarela]



Fonte: <https://maniadehistoria.wordpress.com/2009/05/08/curiosidades-sobre-a-escravidao-negra-no-brasil/>

O apagamento das matrizes em meio aos processos de colonização

Em contrapartida, sobre o histórico da cidade que adotamos como lugar de fonte de conhecimento, vivências e de exercício de nossas competências enquanto estudantes e pesquisadores, o povoamento desse espaço se dá por tropas oriundas de uma ação imperial. Vale destacar que a região possuía seus povos originários e é marcada pelo estabelecimento

desses descendentes, os quais se instauraram através da questão militar, bem como exploração, a guarda da fronteira, disputas e litígios com demais etnias.

Memórias selecionadas põem em evidência versões que perduraram e se perpetuaram ao longo dos tempos, seja pela oralidade, ou pelos registros, sejam eles escritos, visuais, entre outros. No entanto, o que remete cada vez mais a um poder de fala e de enunciação, conforme Pierre Nora (1993), confronta as formas que apresenta a história, não apenas como narrativa, mas sujeita às operações historiográficas, portanto, passíveis à análise crítica.

Michael Pollak (1989) alicerça o pensamento como formas de duração, entre o esquecimento de forma que a hierarquização (de ideias) reverbera um modelo de memória perpetuada. Por outro lado, as formas de se visualizar memórias através do patrimônio histórico e cultural, em tempo, figuraria uma estabilidade de memória em comum. Ademais, trazer a memória marginalizada, ou até mesmo protagonizada, como uma forma de desubalternização das matrizes presentes em nossos territórios.

Outro quesito que vale lembrar é a questão religiosa, quando se encontra o cristianismo presente sendo trazido por esses sujeitos colonizadores, o que demarca a influência cultural das populações que ali se estabeleceram. Esse é o caso da região que se tem hoje como centro do estado do Rio Grande do Sul – Santa Maria –, que antes já era figurada como espaço de trânsito, em posição estratégica. Contudo, através deste preâmbulo sobre Santa Maria, entende-se que a forma desses habitantes demarca não apenas o território, mas a própria cultura do sujeito branco, europeu, colonizador, ou seja, a velha e antiga maneira pela instalação, saqueando o espaço, utilizando-se dos recursos e aqui deixando gerações.

Para Paul Ricoeur (2007, p. 424), o movimento de memória e sua respectiva constituição se daria pela anteposição ao esquecimento. A memória estaria deslocando para o campo da materialidade, em usos e desusos nos quais lutariam contra o esquecimento. Nos dias de hoje, há algumas dificuldades de entender quem escreve a história e quais os interesses entre quem escreve, o que escreve, suas motivações, bem como o que não está escrito por ali. Esses aspectos conectam-se, afinal, a

Cultura está muito associada a estudo, educação, formação escolar. Por vezes se fala de cultura para se referir unicamente às manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura. Outras vezes, ao falar na cultura da nossa época ela é quase identificada com meios de comunicação de massa, tais como o rádio, o cinema e televisão. Ou então cultura diz respeito às festas e cerimônias tradicionais, às lendas e crenças de um povo, ou a seu modo de se vestir, à sua comida e a seu idioma. A lista pode ser ampliada. (SANTOS, 2017, p. 22)

Por muito tempo houve a interpretação de que essa história que temos nas salas de aula, nos livros didáticos e em alguns clássicos, enfim, era a narrativa e a voz do vencedor diante de outros. Em algum momento, entende-se o porquê dessa afirmação, mas ao mesmo tempo em que há esses enunciados vemos a necessidade de questionar por onde andaram os outros setores sociais e grupos que por aqui estiveram. A interrogação que nos move é justamente questionar os desprotagonismos dessas narrativas.

Repensando a emergência das memórias pelo patrimônio

É necessário um trabalho de romper com as molduras, com as quais se gera um olhar que não parte dos afetos, memórias, além das necessidades reais das manifestações e expressões culturais de matriz africana, seja em nosso país, na nossa região ou no nosso cotidiano, enfim, no mundo todo. Compreendemos que inúmeros elementos, entre fatos e acontecimentos, eclodem em escala global, em que nem sempre é possível dar conta. Porém, com a velocidade das informações, os formatos em que nos são entregues, é possível aprendermos com experiências que são vivenciadas em outros lugares, para que não se repitam em outras esferas sociais.

Em nossa realidade podemos observar o Museu Treze de Maio, que conta com um acervo de elementos que remetem à história e protagonismo de grupos sociais e sua participação na sociedade santamariense, no centro do estado do Rio Grande do Sul. A importância da instituição é remontar e rememorar o que foi o Clube 13 de Maio, que dá espaço ao museu, cumprindo o papel de centro cultural; fazendo perpetuar a identidade de matriz africana na cidade. Vale lembrar o impacto que tem a instituição não apenas na cidade, mas na região, como extratora de saberes, lugar de escuta e fruto de pesquisas que acabaram se consolidando na academia, por fim, impactando nos centros das discussões.

Figura 3 – Museu Treze de Maio localizado na cidade de Santa Maria (RS)



Fonte: <https://clubessociaisnegros.com/museu-treze-maio-sociedade-cultural-ferroviaria-treze-de-maio/>

O papel que cumprem os espaços museológicos, acervos, casas de memória, por sua vez, conjugam lugares não formais de ensino, o que muitas vezes toca os sujeitos em relação ao fato de que outro espaço talvez viesse a negligenciar. Sobre esses lugares, temos as contribuições de Cecília Soares, que traz o seguinte entendimento:

Os museus, na sua forma clássica ao atuarem propondo quadros da memória oficial e distanciada dos processos históricos, inclinam-se para a negação dos novos contextos sociais onde os sujeitos não correspondem com exclusividade aos estereótipos socialmente edificados. Posto dessa maneira, perdem a oportunidade de estabelecer empatia com o público, provavelmente ávido em se verem naquela modalidade de narrativa histórica. (SOARES, 2018, p. 275)

O patrimônio dessas matrizes deve ser legitimado, levantado, catalogado, observado, sobretudo além das formas com que se manifestam, o que muitas vezes não se pode ver através de uma materialidade, mas sim de ações e saberes intangíveis. Há lutas, manifestações e ações que lutam por espaços, o que é importante, mas o lugar dessas culturas resiste de forma específica, faz-se necessário para garantir acesso a espaços que são ditos universais, pois ainda se encontram restritos de uma minoria que se perpetua no poder.

Figura 4 – Exposição itinerante Negras e Negros na Cultura, na Ciência e nos Movimentos Sociais (2018)



Fonte:

https://diariosm.com.br/noticias/geral/exposicao_itinerante_retrata_movimento_negro_em_santa_maria.463071

Dessa forma, entende-se que a população, os cidadãos, os sujeitos vão inserindo novas identidades, formas plurais de se enunciar na sociedade. O Brasil, sendo um país onde havia uma imensa variedade de povos originários, que pela lástima foram reduzidos, sendo convertido em um território dominado por europeus, ainda demonstra traços desses processos, que reverberam não apenas nas questões políticas, econômicas, mas também culturais, que acabam moldando os sujeitos sociais.

Processos de manifestações, vozes, ações e demais formas de expressão se fazem ouvir no tempo recente, o que acaba gerando uma reflexão na sociedade, pela ocupação dos espaços públicos e demonstrações, as quais se tornam necessárias para atender à população que cada vez mais necessita de atenção. Assim sendo:

As reflexões apresentam também uma ação prática de entendimento entre o poder público e os militantes negros na definição teórica da nova instituição sem precedentes no universo brasileiro, questões que envolveram diferentes campos disciplinares no tratamento do patrimônio (SANTOS, 2015, p. 289).

Françoise Vergès (2023, p. 186), em sua obra, revisita esses espaços de memória através de uma abordagem museológica. Em sua posição faz uma ferrenha crítica ao que se tem nessas coleções, bem como critérios, olhares e políticas que as enunciam. Para a autora, a imagem, em específico da mulher negra, vem a ser ignorada, pois é apresentada na forma de enquadramentos

por uma moldura esbranquiçada. Contudo, essa moldura, por sua vez, foi construída, e é reproduzida, tanto nas obras de arte, nas manifestações da indústria cultural quanto nas políticas públicas, enxergando o outro como separado e não parte de um todo como, como parte de uma Estado-Nação.

Figura 5– Cartazes de manifestações antirracistas no centro de Santa Maria – RS (2023)



Fonte: <https://www.sedufsm.org.br/noticia/7994-entidades-de-santa-maria-ocupam-a-praca-em-ato-antirracista>

Acreditamos que uma das formas de se propor, por políticas, reverberar as manifestações culturais negras e pretas, bem como entender as problemáticas que envolvem até os dias de hoje esses grupos étnicos, é fazer com que os sujeitos dessas matrizes se insiram nesses espaços, elaborem, discutam e demonstrem as reais necessidades enfrentadas em seus cotidianos. O papel desenvolvido pela memória que muitas vezes foi ditada, escrita e narrada pelos vencedores fez com que se apagassem muitos elementos:

Observa-se, então, um avanço significativo na democratização dos bens culturais do país, tanto em sua vertente preservacionista, como de acessibilidade dos bens ao público mais amplo possibilitados pela fundação de vários espaços de memórias, sejam reais ou virtuais, por meio de museus, sites, revistas, eventos, bibliotecas, referentes à cultura de matriz africana, além da europeia. A pergunta que cabe, então, é sobre a recepção de tal patrimônio pela sociedade brasileira que é multiétnica, mas que valoriza principalmente expressões culturais europeias, isto é, branca. (TANNO, 2018, p. 38)

Assumir uma ideia do processo de descolonização do patrimônio em si confronta a forma com que ele se constitui no território, ou seja, sendo formado, catalogado, inventariado, desde os primórdios com o SPHAN – década de 1930 –, além de boa parte do IPHAN, que cria uma forma de reproduzir critérios e dispositivos que cancelam tais elementos da nossa cultura. O trabalho realizado pelas instituições configura-se como necessário, porém, ainda há ajustes a serem feitos, bem como os que já vêm se adaptando com o passar dos anos:

Com o passar do tempo (vários séculos), esse complexo entrelaçamento desenvolveu um vasto campo de espessas complexidades e cumplicidade em todos os níveis da vida social e suas interações, desde as instituições (como o direito e o Estado) até as práticas e os imaginários sociais, da reprodução material dos sustentos até os construtos mentais e disposições emocionais, do enquadramento e narração e disposições emocionais, do enquadramento e narração da resistência até a justificação do conformismo. (SANTOS, 2022, p. 38)

As políticas públicas devem avançar, mas como fazer com que elas tenham esses espaços ocupados e legitimados apenas com a participação de quem vai realmente ter a necessidade de se inserir através delas? Sobretudo admitindo que o molduramento, europeizante, reforça velhos estigmas e estruturas, separa a população, perpetua espaços os quais garantem a hegemonia que reforça um poder de poucos sobre muitos.

Sobre esse quesito na nossa narrativa, trajetória e percursos enquanto docentes, viemos a observar os modelos engessados e calcados em teorias que remontam uma vertente que já não dá mais conta do sistema de ensino atual, bem como as suas problemáticas. Por sua vez, as falas, os discursos, as instituições, acabam por reverberar tanto nas escolas quanto nos demais espaços coletivos, formas que acabam violentando o outro, o diferente, o estrangeiro, aquilo e aquele que é diferente. Ainda assim, é possível recorrer a Bourdieu, que afirma que o papel do ensino, suas abordagens e sujeitos envolvidos vem a corroborar com um movimento estruturante das balizas sociais:

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU, 2020, p. 25)

O processo se agrava principalmente quanto à cultura, os produtos culturais e a sociedade de consumo apenas vem a reproduzir um processo hegemoneizante. Na questão do ensino, isso em maior escala nos espaços formais de educação, leva a uma seleção pedagógica, que atende à camada que detém o controle e preza por manter a estrutura, até mesmo cultural. Os passos dados em direção às memórias e ao patrimônio reverberado fazem-se necessários, visando uma viela que se construa por elementos subalternizados, para que sejam vistos pelos seus olhos, considerando o que realmente lhes atinge. Ainda conforme Bourdieu, os códigos sociais reforçados em tempo recente estão cada vez mais distante das necessidades desses grupos. Cada vez mais o acesso distancia-se e as políticas que dão visibilidade à cultura, à identidade e aos espaços de patrimônio e memória perdem o protagonismo:

Caso se admita que a cultura e, neste caso particular, a cultura erudita em sua qualidade de código comum é o que permite a todos os detentores deste código associar o mesmo sentido às mesmas palavras aos mesmos comportamentos e às mesmas obras e, de maneira recíproca, de exprimir a mesma intenção significativa por intermédio das mesmas palavras, dos mesmos comportamentos e das mesmas obras, pode-se compreender por que a Escola, incumbida de transmitir esta cultura, constitui o fator fundamental do consenso cultural nos termos de uma participação de um senso comum entendido como condição da comunicação. (BOURDIEU, 2015, p. 207)

Sobretudo com o passar dos tempos, elaborou-se um consenso em que os códigos culturais seriam remetidos à alta cultura. Mas o que isso quer dizer? De certa forma, o território que temos hoje veio a ser colonizado, expropriado e até hoje é explorado, utilizando-se assim de uma força de trabalho já originária desse espaço, assim como os seus recursos. Ademais, grupos sociais que vieram a se perpetuar no poder, converteram-se em uma classe dominante, instaurando uma certa cultura, os sistemas de ensino, as racionalidades, adentrando e reafirmando seu poder ano após ano, uma classe erudita e burguesa.

Esses modelos culturais foram instaurados e aparelhados em amplos setores administrativos, gestores e são até respaldados pela nossa Constituição de 1988 – dita cidadã; reforçam formas de reconhecer o patrimônio cultural, reverberando memórias e fatos de certos grupos sociais e étnicos. A UNESCO enquanto órgão que visa a educação e salvaguardar elementos a nível global, somada às forças nacionais do IPHAN, em meados dos anos 2000 reconheceu diferentes formas de manifestação pelo patrimônio. Talvez um tanto quanto de maneira tardia, remetendo não raro o olhar de sujeitos que não tenham a representatividade daqueles que vivenciam as problemáticas da diferenciação, exclusão, e até mesmo preconceito. Pode ser que se esteja abrindo uma fresta (ainda não ideal), mas através de conselhos, manifestações, expressões, na busca por uma representatividade, uma autonomia que atenda às memórias das populações ditas subalternizadas.

Considerações Finais

Com a ideia de não concluir esses escritos, mas sim os deixando à disposição daqueles que visam trabalhar com um olhar ajustado e sensível às causas de populações e grupos subalternizados, entendemos a necessidade dessa forma de expressão plural. Conforme se

observou tanto no cotidiano, em dados geográficos, populacionais, e até mesmo em manchetes que chegam até nós nos dias de hoje, faz-se mais que necessário a busca por um olhar e um caráter antirracista.

Nós, enquanto professores, estudantes e pesquisadores, temos nossas fronteiras e limitações de processos de pensamento, e uma racionalidade que visa ir contra a correnteza em meio à enxurrada discursiva violenta posta em prática frente a grupos que sofrem diariamente. Para isso, os processos de descolonização, desconstrução, reelaboração, o repensar nossas práticas enquanto educadores necessita tornar-se um caminho, isso quando não nos apoiamos em teorias que reforçam os velhos estigmas carregados do passado e transferidos para o presente.

As memórias são reforçadas por disparadores que remetem ao patrimônio, e, por ventura, materializam-se, monumentalizam-se e edificam-se em meio a uma narrativa que se diz homogênea e vencedora, mas que silencia e apaga uma parcela expressiva de grupos étnicos. As formas com que essas matrizes enxergam sua história, além de como repassam para o próximo é diferente, diante disso é que necessitamos de novas leituras, olhares e uma forma de compreender que o outro faz parte de mim também, afinal, estamos compartilhando os mesmos espaços, mas não os mesmos acessos.

Atentando à crítica das instituições e dos sujeitos que dela participam e perpetuam a sistemática vigente, conjugamos elementos decoloniais, entendendo que a prática, as expressões e manifestações do dia a dia devem ter um espaço para serem ouvidas. Somente ocupando esses espaços, com autonomia e um saber legítimo teremos um acesso, uma visibilidade e um discurso que represente as questões ligadas às populações subalternizadas, que são postas nessas posições por estruturas de uma elite minoritária que se perpetua no poder.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2024.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

IPHAN [INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL]. Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2001. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. **IPHAN**, Brasília, DF, v.1, 3 p. 4 ago. 2000.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 1 mar. 2024

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 1 mar. 2024.

RICOUER, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar: abrindo a história do presente**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

SANTOS, Deborah Silva. Museus e africanidades, **Museologia e interdisciplinaridade**. Brasília, v. 2, n. 6, p. 287-292, mar./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16766>. Acesso em: 1 mar. 2024.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SOARES, Cecília Conceição Moreira. Espaços museais, memória afro, identidade, territorialidade. In: MOLINA, Ana Heloisa; LUZ, José Augusto Ramos da. (Org.) **Museus e lugares de memória**. Jundiaí: Paco, 2018.

TANNO, Janete Leiko. Patrimônio cultural dos afrodescendentes. **Patrimônio e memória**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 31-48, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6745319.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2024.

UNESCO. **Convenção para salvaguarda do patrimônio imaterial**. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2024.

VERGÈS, Françoise. **Decolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

Submetido em: 02 de março de 2024

Aceito em: 12 de abril de 2024